

08/08/2018 às 05h00

Cessão onerosa e Eletrobras sofrem bloqueio no Senado

Por Vandson Lima, Daniel Rittner e Fabio Murakawa | De Brasília



O governo sofreu ontem um duro revés com a decisão do Senado de votar apenas depois das eleições dois projetos de lei - o da cessão onerosa e o das distribuidoras da Eletrobras - que estavam na lista de prioridades do Palácio do Planalto. Se não for revertida nos próximos dias, a indefinição política em torno das duas propostas praticamente enterra os planos de organizar um megaleilão do pré-sal ainda neste ano e de vender no fim de agosto mais quatro distribuidoras de energia controladas pela estatal.



Cássio Cunha Lima: Nenhum tema polêmico será submetido a votação

Os planos do governo começaram a ruir na reunião de líderes do Senado, que chegaram ao consenso de deliberar sobre projetos controversos somente depois de escolhido um novo presidente da República. "Nada que tenha qualquer polêmica, e esses dois temas são polêmicos, será submetido a votação. Recomenda o bom senso que possamos esperar a vontade soberana do povo. Aí sim, teremos a pauta desse novo governo", apontou o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), logo após deixar a reunião.

A perspectiva de uma definição rápida sobre a cessão onerosa no pré-sal e as distribuidoras da Eletrobras ficou ainda mais distante com a iniciativa do presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), de encaminhar os dois projetos de lei para análise das comissões técnicas. "Essas matérias chegaram aqui no final do semestre passado. E é natural que tenhamos de fazer um mínimo de debate de propostas dessa magnitude. São matérias polêmicas e elas terão um debate mais amplo", justificou Eunício.

Nos bastidores, o clima no Ministério de Minas e Energia era de perplexidade e decepção. Havia otimismo quanto à votação dos dois PLs na primeira quinzena de agosto. A aprovação até meados do mês era considerada fundamental para permitir o leilão de excedentes de petróleo nos seis blocos da cessão onerosa até o fim deste ano. O certame pode render mais de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Para organizar os preparativos da disputa, no entanto, o ministério calcula pelo menos três a quatro meses após a sanção do projeto de lei.

A venda de outras quatro distribuidoras da Eletrobras, marcada para o dia 30 de agosto, também depende de projeto para resolver passivos das empresas e dar mais atratividade ao negócio. Só a Cepisa (PI), mais saudável entre todas as distribuidoras, foi leiloada até agora. Sem o PL, a privatização da Amazonas Energia fica inviável. Outras três empresas - Boa Vista (RR), Ceron (RO) e Eletroacre (AC) - também estão no pacote. "Vamos ver se alguma delas ainda tem o mínimo de viabilidade", disse reservadamente uma autoridade do setor elétrico.

Assessores presidenciais se recusaram a jogar oficialmente a toalha. O ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), articulador do Planalto com o Congresso Nacional, tentou amenizar a derrota. "Não desistimos de nada", garantiu Marun. "Nossas prioridades no Senado Federal continuam sendo a cessão onerosa e a questão das distribuidoras da Eletrobras. Temos a convicção que chegaremos a bom termo para que isso possa ser votado o mais rápido possível, nesta semana ou na outra, ainda em agosto."

Moreira Franco (Minas e Energia), um dos auxiliares mais próximos do presidente Michel Temer, disse esperar que o adiamento da votação pelo Senado ainda possa ser revertido. Ele relatou ter pedido ao presidente para conversar com Eunício sobre o assunto e afirmou que ele mesmo fará um apelo ao senador. Moreira admitiu dificuldades na negociação, mas acrescentou que "conversa e caldo de galinha não fazem mal a ninguém". "Não é uma questão do governo atual ou futuro. É uma questão do país. O país precisa avançar."

Os dois projetos de lei já foram aprovados na Câmara dos Deputados. Por causa das eleições, o Senado está em regime de esforço concentrado. Reúne-se esta semana e só deve voltar a se encontrar na última semana de agosto e em uma semana do mês de setembro. A votação dessas duas matérias diretamente em plenário dependeria da aprovação de requerimentos de urgência.

Há resistências, no entanto, espalhadas pela base aliada e no próprio partido de Temer. Dois dos senadores mais influentes do MDB se posicionam abertamente contra o PL das distribuidoras da Eletrobras. "Eu, sinceramente, acho que não tem sentido o governo correndo contra o tempo na reta final para se desfazer do patrimônio público a preço de banana", disse Renan Calheiros (AL).

Eduardo Braga (AM), ex-ministro de Minas e Energia, foi contundente na crítica ao projeto e alerta para o risco de um "tarifaço" no Amazonas. "Algumas empresas estão em condições de ser privatizadas. Outras, não. É o caso da Amazonas Energia. Não existem condições econômicas, nem regulatórias. A dívida da empresa é de R\$ 20 bilhões e o PL só resolve R\$ 7 bilhões", afirma.

"Outros R\$ 13 bilhões ficariam para o consumidor amazonense. Nós já temos a terceira tarifa de energia mais cara do Brasil e ela ficaria impagável", completa Braga. Para ele, não há como votar o projeto do jeito que está. "Ou a União prepara efetivamente a Amazonas Energia para ser comercializada ou o consumidor vai pagar um preço muito alto pela privatização. A modelagem está errada. Ela foi feita para uma empresa como a Cepisa, Celg ou Eletroacre", conclui o emedebista.

(Colaboraram Carla Araújo, de Brasília, e Rodrigo Polito, do Rio)